Orgânica do Distrito Federal e tendo em vista o disposto na Lei Nacional nº 13.019/2014 e no Decreto Distrital nº 37.843/2016, resolve:

Art. 1º O art. 80 da Portaria nº 91, de 30 de dezembro de 2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 80. Os valores previstos no Anexo I - Valores de Referência para Serviços e Ações Socioassistenciais desta Portaria são provenientes do reajuste de 5,79%, referente ao IPCA do período de janeiro de 2022 a dezembro de 2022, aplicado sobre os valores instituídos no Anexo I - Valores de Referência para Serviços Socioassistenciais quando da publicação da Portaria nº 91/2020, no DODF nº 246, de 31 de dezembro de 2020." (NR)

Art. 2º O Anexo I da Portaria nº 91, de 30 de dezembro de 2020, publicada no DODF nº 246, de 31 de dezembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Anexo I - Valores de Referência para Serviços e Ações Socioassistenciais	
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Valor de referência mensal por vaga/pessoa atendida
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 14 anos	R\$ 410,21
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 15 a 17 anos	R\$ 410,21
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 18 a 29 anos	R\$ 490,13
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Jovens de 30 a 59 anos	R\$ 490,13
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas	R\$ 490,13
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas	R\$ 410,21
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência	R\$ 410,21
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	
Serviço Especializado em Abordagem Social	R\$ 385,22
Ações Socioassistenciais Complementares de Promoção da Habilitação e Reabilitação	R\$ 1.144,82
Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	R\$ 3.804,12
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes sem demanda/atenção específica, na modalidade casa Lar	R\$ 3.183,32
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes com demanda/atenção específica, na modalidade casa Lar	R\$ 4.244,42
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes sem demanda/atenção específica, na modalidade Abrigo Institucional	R\$ 2.653,09
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes com demanda/atenção específica, na modalidade Abrigo Institucional	R\$ 3.161,89
Serviços de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias	R\$ 2.416,47
Serviço para Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência, na modalidade Residência Inclusiva	R\$ 4.630,30
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, na modalidade Abrigo Institucional	R\$ 3.161,89
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, na modalidade Casa Lar	R\$ 4.244,42
Serviço em Acolhimento em República	R\$ 1.547,72
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	R\$ 4.244,42
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - SERVIÇOS TRANSITÓRIOS	
Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos com Deficiência, na modalidade Abrigo Institucional	R\$ 3.161,89

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MARRA

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal

(*) Republicada por ter sido encaminhada com incorreção no original, publicada no DODF nº 104, de 02 de junho de 2023, página 12.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

SECRETARIA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 39, DE 07 DE JUNHO DE 2023

A SUBSECRETÁRIA DA CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 49, III, da Portaria nº 227, de 11 de julho de 2022, bem como com base no Princípio da Publicidade disposto no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

SUSPENDER a LICENÇA PARA CANTEIROS DE OBRA EM ÁREA PÚBLICA nº 113768785/2023, emitida em 26 de maio de 2023, para a obra realizada no endereço: SHC/SUL SQ 212 BLOCO "I" – BRASÍLIA/DF, processo nº 00390-00001031/2023-18 expedida por esta Central de Aprovação de Projetos, para avaliação quanto ao risco das obras às edificações vizinhas e à população local, levantadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios no Ofício nº 350/2023 – PDCC/MPDFT, no processo nº 00002-00003492/2023-33.

MARIANA ALVES DE PAULA

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às nove horas e quinze minutos do quarto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Ducentésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, pelo Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva, Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, contando com a presença dos conselheiros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Abertura dos trabalhos. 2. Verificação do quórum. 3. Informes do Presidente. 4. Posse dos novos conselheiros. 5. Apreciação e aprovação da Ata da 204ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/04/2023. 6. Processos para apreciação. 6.1. Processo: 00390-00004353/2018-51. Interessado: SEDUH. Assunto: Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Distrito Federal e dá outras providências. Relatores: OAB/DF, SEMA, UNICA/DF, CODHAB. 6.2. Processo: 00390-00004207/2021-21. Interessado: Departamento de Engenharia e Construção - Exército Brasileiro – Ministério da Defesa. Assunto: Desdobro do lote denominado Pátio Ferroviário de Brasília, localizado entre a EPIA, EPCL, EPAC e SAA, de propriedade da União Federal, com área de 4.341.593,98m², na Região Administrativa do SIA – RA XXIX. Relatores: CACI, HABITECT, PRECOMOR. 6.3. Processo nº 00390-00006439/2021-14. Interessado: Câmara dos Deputados. Assunto: Projeto de obra de modificação com acréscimo de área, para o edifício (Anexo III – Câmara dos Deputados) localizado na Praça dos Três Poderes, Área G. Relator: CACI. 6.4. Processo nº 00390-00001382/2018-61. Interessado: Durval Ferreira Freitas Filho. Assunto: Parcelamento do solo denominado Reserva Jacarandá Mimoso, em gleba localizada na região da DF-140, na Região Administrativa do Jardim Botânico – RA XXVII. Relator: CAU/DF. 7. Processos para distribuição: 7.1. Processo: 00111-00005420/2022-94. Interessado: TERRACAP. Assunto: Alteração de lote localizado na Quadra 01, conjunto 11, Lote 25 do Setor Habitacional Vicente Pires – SHVP, Trecho 03, na Região Administrativa Vicente Pires – RA XXX. 7.2. Processo: 00390-00005227/2021-10. Interessado: Exército Brasileiro – Ministério da Defesa. Assunto: Plano de Uso e Ocupação do Pátio Ferroviário – Parcela 1. 7.3. Processo: 00390-00003325/2021-12. Interessado: Parque Granja do Torto. Assunto: Plano de Uso e Ocupação do Parque de Exposições Granja do Torto. 7.4. Processo nº 00391-00002762/2018-95. Interessado: Administração Regional de Ceilândia. Assunto: Plano de Uso e Ocupação do Parque do Setor O, na Região Administrativa de Ceilândia. 7.5. Processo 00390-00003242/2021-23. Interessado: Terracap. Assunto: Relocação do Lote 2, Bloco 8, Área Comercial Central da Região Administrativa de Sobradinho – RA V. 8. Assuntos Gerais. 9. Encerramento. Iniciando os trabalhos, o Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva declarou aberto os trabalhos relativos à 205ª Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) cumprimentando a todos. Imediatamente, passou-se ao item 2. Verificação do quórum: Verificou-se como suficiente tanto para a instalação dos trabalhos quanto para deliberação. Avançando ao item 3. Informes do Presidente: O Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva informou a respeito da aprovação e sanção da Lei Complementar nº 1.021/2023, publicada no DODF de 04/05/2023, que trata da autorização da extensão de usos no Setor Comercial Sul (SCS), a qual permitiu que a área contivesse os usos ampliados e diversificados, ensejando a ocupação efetiva da área central de Brasília. Discursou a respeito do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), quanto a oportunizar e fomentar o trabalho das

empresas que ocupavam aquele setor. Além disso, pontuou sobre o grande feito do Governo do Distrito Federal (GDF) ao possibilitar a regularização e o crescimento da área. Nesse sentido, passou-se ao item 4. Posse dos novos conselheiros: O Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva em observância às publicações feitas no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) iniciou a solenidade de posse dos novos conselheiros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), anunciando os nomes a saber: (i) JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA, na qualidade de Conselheira Suplente, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH). (ii) RAFAEL BORGES BUENO, na qualidade de Conselheiro Suplente, representante da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento do Distrito Federal (SEAGRI). (iii) FLAVIO MURILO GONÇALVES PRATES DE OLIVEIRA, na qualidade de Conselheiro Titular, representante da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB). (iv) MARCELO FAGUNDES GOMIDE, na qualidade de Conselheiro Titular, representante da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB). Encerrada a solenidade, abordou-se sobre o item 5. Apreciação e aprovação da Ata da 204ª Reunião Ordinária, realizada no dia 13/04/2023: Não havendo pedidos de esclarecimentos, retificações, observações ou correções, a respectiva Ata foi considerada aprovada. Nesse diapasão, avançou-se ao item 6. Processos para apreciação. 6.1. Processo: 00390-00004353/2018-51. Interessado: SEDUH. Assunto: Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Distrito Federal e dá outras providências. Relatores: OAB/DF, SEMA, UNICA/DF, CODHAB: Suscitando questão de ordem, o Conselheiro Henrique Soares Rabelo Adriano, IAB/DF, informou que, com o intuito de ampliar e aprofundar o debate sobre a proposta de Projeto de Lei Complementar (PLC) de parcelamento de solo urbano apresentada a este Conselho, na noite da última terça-feira, 02/05/2023, o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Distrito Federal (IAB/DF) e o Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF) realizaram um evento público na sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Estiveram presentes acadêmicos, técnicos, alguns conselheiros, o Promotor de Justiça da PROURB do Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT), Senhor Dênio Augusto de Oliveira Moura e famílias do Condomínio Jardim Vitória, localizado no Riacho Fundo (DF). Também estiveram presentes as antigas correlatoras do processo em tela, Senhora Sandra Marinho e Senhora Maria Silvia Rossi. Ambas fizeram questão de solicitar a palavra para fazer a entrega pública dos documentos elaborados no âmbito da relatoria do processo, frutos de meses de trabalho. Tais documentos, que foram submetidos naquela reunião, foram disponibilizados ao Conselho, dos quais incluem uma tabela contendo todos os artigos da minuta, proposta de modificação e fundamentação da proposta de modificação, bem como a minuta da lei consolidada com as propostas de modificação, diagrama com os procedimentos segundo o Projeto de Lei Complementar (PLC) proposto com observações e sugestões. Apesar de afirmarem que tais documentos foram entregues à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), estes não constam no processo administrativo ou na relatoria apresentada na última reunião ordinária. Dito isso, afirmou que, em uma análise rápida do conteúdo, tratam-se de materiais significativos, os quais contam com informações e contribuições que, efetivamente, não estão contempladas no material disponibilizado ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) até o momento. Diante desses fatos, julgou ser fundamental que a Presidência elucidasse os motivos pelos quais o conjunto dos documentos apresentados pelas antigas correlatoras do processo não estão anexados aos autos. Assim, solicitou que os mencionados documentos fossem acostados aos autos. Nesse sentido, em virtude da densidade do material, ressaltou ser imprescindível que se garanta tempo hábil para que o Colegiado tome ciência acerca das novas informações apresentadas previamente a qualquer deliberação. Para tanto, entendeu que o cenário exposto apresenta um vício processual importante que, além de demandar os devidos esclarecimentos, reforça os argumentos presentes no parecer da exposição de motivos apresentados para justificar o pedido de vistas do processo. Encerrada a questão de ordem, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva teceu alguns esclarecimentos acerca do alegado. Esclareceu que efetuou o enfrentamento, ponto a ponto, dos aspectos que poderiam ensejar algum tipo de nulidade processual, tal como alegado pelos conselheiros do CAU e do IAB no documento dirigido ao CONPLAN, sendo o primeiro deles no que tange à juntada do Projeto de Lei Complementar (PLC) e do relato do processo, que estava sendo construído. O motivo de a juntada não ter sido feita é porque os documentos ainda não haviam sido submetidos à apreciação pelo Colegiado, sendo somente apresentado na última reunião, o qual não foi votado e que ainda estava sujeito à deliberação plenária. Dessa forma, o relatório não poderia ser acostado aos autos, em virtude da obrigatoriedade de que fosse aprovado antes, sendo ainda um documento preparatório. Outro ponto mencionado foi sobre a redistribuição do processo em razão do final do mandato dos representantes relatores. Para tanto, teceu um histórico de como ocorreu a distribuição do processo sob comentário até o momento da votação. Em apertada síntese, indicou que a relatoria foi solicitada por quatro conselheiros de forma conjunta, que se organizaram de forma interna para apreciar o feito, sendo realizadas diversas reuniões e elaborada uma série de sugestões. Como resultado desse processo, os conselheiros decidiram acostar essa documentação em um processo SEI, o qual foi criado para acesso e consulta pelos relatores, e não foi encaminhado à secretaria. Mencionou que a planilha que foi citada na manifestação do conselheiro foi enviada por e-mail e pelo grupo de WhatsApp de todos os membros. Destacou que as informações contidas na planilha foram totalmente consideradas e que toda a informação que foi fornecida foi incorporada ao texto da proposta. Esclareceu que houve reunião com o, até então, Secretário de Estado e Meio Ambiente, Senhor José

Sarney Filho, com a presença da relatora da SEMA, em que se debateu ponto a ponto da minuta, tendo sido validada no âmbito da Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Proteção Animal (SEMA). Pontuou que o mesmo procedimento foi feito no âmbito da Codhab. Asseverou que o processo não foi redistribuído, pois o trabalho se finalizou no âmbito das respectivas pastas, juntamente com os titulares, já que o processo não é distribuído ao conselheiro ou conselheira, mas à entidade ou órgão a qual representa. Outro ponto ressaltado foi que a planilha mencionada havia sido apresentada na última reunião ocorrida no dia 13 de abril de 2023, pelo conselheiro Almiro, sendo explicada ponto a ponto e como se daria a dinâmica do trabalho e que não existia nenhum fato novo que ensejasse o impedimento das discussões na reunião. Quanto à ausência de disposições técnicas detalhadas, explicou que na construção da lei foi produzida uma memória técnica sobre todo o trabalho que o Grupo de Trabalho discutiu, tanto no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) quanto fora desta, que resultaram na última versão apresentada. Os documentos técnicos solicitados pelos conselheiros, bem como a recomendação editada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) foram disponibilizadas. Contudo, alegou se tratar de processos distintos, tendo em vista que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) se trata de uma lei de parâmetros urbanísticos, que define o uso e ocupação do solo e que o assunto em pauta se trata de uma lei de procedimento. Sobre o descumprimento do prazo da portaria que instituiu o Grupo de Trabalho, informou que o grupo possuía até o ano de 2020 para concluir os trabalhos e que o prazo não foi hábil para a conclusão e produção de um resultado, em razão da envergadura do projeto, o que não é capaz de gerar qualquer nulidade, mas tão somente demonstra que o tempo destinado foi insuficiente para ensejar a conclusão do Projeto de Lei, cujos estudos demandaram mais tempo. Com relação à audiência pública ter sido realizada em desacordo com a legislação, enfatizou que o evento foi convocado dentro da formalidade necessária, com antecedência de trinta dias, a partir da publicação de convocações em jornal de grande circulação, bem como quinze dias depois, o que poderia ser facilmente constatado nos autos do processo. Enfatizou que a audiência pública foi realizada de forma presencial, com transmissão e possibilidade de participação online, e que, neste último caso, de fato, teve um problema técnico quanto à transmissão, porém, a equipe técnica avaliou e constatou que não houve qualquer prejuízo no sentido de que todos aqueles que reclamaram dos problemas técnicos, contribuíram com comentários, sugestões de redação, que foram avaliados, assim como várias manifestações realizadas por aqueles que estiveram presentes na audiência. Por fim, no que tange à observância ao prazo previsto no Regimento Interno para análise de matérias, esclareceu que o assunto foi submetido ao departamento jurídico, a fim de esclarecer a eventual divergência entre o artigo 14 e o artigo 22. O artigo 14 do Regimento Interno define que a antecedência deve ser no mínimo de sete dias para a convocação e encaminhamento da pauta aos conselheiros. O artigo 22, por outro lado, define um prazo para o relator encaminhar o relato, para fins de organização da pauta e não para distribuição aos conselheiros. Todavia, pontuou que, com vistas a afastar qualquer tipo de interpretação dúbia das disposições, o Regimento Interno do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), em breve, passará por revisão, com o propósito de privilegiar a participação de todos. Considerando todo o exposto, o Conselheiro Almiro Cardoso Farias Júnior, OAB/DF, asseverou que não existiu nenhum tipo de omissão de documento ou coisa que o valha e, para justificar o argumento, efetuou um breve retrocesso histórico acerca de todo o trabalho que resultou na proposta apresentada. Em apertada síntese, explicou que a relatoria do processo foi iniciada no dia 02 maio de 2022, sendo agendadas reuniões para debater o projeto. Dessas reuniões, ajustou-se sobre a metodologia que seria empregada para o desenvolvimento dos trabalhos, de maneira que se definiu que cada um dos relatores elaboraria suas respectivas sugestões, o que foi feito. Em julho daquele ano, os relatores reuniram todas as análises e consolidaram as informações em uma tabela, a qual foi apresentada na sessão passada. Com isso, a relatora do processo, Senhora Maria Silvia Rossi recomendou que os ajustes fossem feitos diretamente na proposta de lei, constando como se fosse um “Projeto de Lei Substitutivo” àquele que foi apresentado. Afirmou que o ajuste feito foi para deixar mais claro qual era a localização topográfica no texto da Lei das sugestões que estavam sendo feitas. Deixou claro que todo o trabalho desempenhado pelas duas relatoras do processo não foi modificado. Desse modo, compreendeu que não havia obscuridade ou algo do gênero, pelo fato de os órgãos outrora responsáveis pelo processo não terem subscrito a planilha. Ressaltou que a apresentação realizada na última sessão plenária foi uma espécie de “dupla checagem”. Por sua vez, o Conselheiro Marcelo Fagundes Gomide, CODHAB, reafirmou que todo o material apresentado pela Senhora Sandra Marinho, enquanto representante da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), bem como, aquilo que se julgou como pertinente, foi cem por cento mantido e que foi analisado pelo órgão, e que a Companhia concordava com o resultado final dos trabalhos. O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva registrou que, como relatora, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), já na nova composição, inseriu um título específico no Projeto de Lei Complementar relacionado à habitação de interesse social. O Conselheiro Antônio Gutemberg Gomes de Souza, SEMA, ao lembrar a apresentação da relatoria do projeto de lei ocorrida na última reunião, afirmou que a presença do Conselheiro Almiro em todas as etapas da relatoria consolidava o entendimento de que o processo manteve-se coerente, pontuou que uma relatoria paralela não poderia ocorrer e que o momento era o de analisar as alterações ou recomendações realizadas pelos conselheiros que pediram vista. Assim, registrou que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal (SEMA) compreende que a discussão com relação à matéria deveria ser prosseguida, e que o trabalho já realizado deveria ser apreciado. Nesse sentido, antes de efetuar a leitura do voto de vista, o

Conselheiro Henrique Soares Rabelo Adriano, IAB/DF, observou ser fundamental que a tabela constasse no processo administrativo e que o acesso fosse concedido não somente a alguns membros, mas a todos os representantes do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN). Destacou que uma análise rápida permitia afirmar que constavam na tabela questões importantes e significativas com relação aos Códigos Florestal e Ambiental. Ressaltou a necessidade da presença no processo de todas as justificativas, motivações da superação das discussões e o porquê de determinadas questões não terem sido consideradas em várias das reuniões ocorridas. Diante disso, registrou que alguns dias após a reunião, em 19/04/2023, os conselheiros que pediram vistas, enviaram uma carta à Presidência do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) solicitando prorrogação do prazo para apresentação do parecer de pedido de vistas para a próxima reunião ordinária. Entretanto, o Presidente em exercício, sob o argumento de garantir prazo hábil de conhecimento do parecer pelos demais conselheiros, estabeleceu o prazo até o dia 27/04/2023, o qual foi cumprido. Prosseguindo, o Conselheiro Henrique Soares Rabelo Adriano, IAB/DF, passou à leitura da exposição de motivos, que justificaram o pedido de vista, nos termos constantes do Parecer do IAB/DF e CAU/DF. Ademais, prosseguiu a leitura do Parecer, no que tange possíveis irregularidades no rito processual e pontos de mérito que necessitam esclarecimentos e debate adicional no Conplan com relação à minuta do Projeto de Lei Complementar em comento. Por fim, o Conselheiro concordou com a observação levantada pelo Presidente e aprovou a iniciativa de revisão do Regimento Interno do Conplan, de forma a sanar discrepâncias e dubiedades quanto a procedimentos e prazos. Em complemento ao exposto, o Conselheiro Pedro de Almeida Grilo, CAU/DF, informou que o Parecer foi feito de forma coletiva, uma vez que foi subsidiado por dois eventos para discutir o objeto. Dito isso, passou à leitura da parte do Parecer sobre os pontos de mérito. Na sequência, a Conselheira Giselle Moll Mascarenhas, CAU/DF, reiterou o caráter coletivo da avaliação de mérito informando que esta foi um trabalho da Comissão de Política Urbana e Ambiental do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF), diante da compreensão dessa Proposta de Projeto de Lei Complementar (PLC) ser extremamente importante para dotar os instrumentos legais referentes ao tema de necessária efetividade. A conselheira parabenizou o parecer apresentado pelo Conselheiro representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF) e pontuou que o momento é de usufruir da oportunidade de se avançar sobre o tema relativo ao parcelamento do solo, de forma mais completa e efetiva e, ainda, viabilizar as questões que são debatidas no âmbito do Colegiado, em específico quanto ao problema envolvendo a invasão de terras no Distrito Federal e grilagem. Em seguida, reiterou os elogios ao representante da OAB pelo parecer exposto, mas apontou que toda a documentação que serviu como subsídio aos argumentos suscitados deveria estar acostada. Nesse sentido, avançou na leitura do Parecer. Em arremate raciocínio, o Conselheiro Pedro de Almeida Grilo, CAU/DF, efetuou a leitura do VOTO constante do Parecer nos seguintes termos: “Diante do exposto, julga-se que o processo de elaboração do PLC apresenta irregularidade no que se refere ao descumprimento das exigências legais referentes à audiência pública na ausência do registro de motivações técnicas que fundamentaram a proposta no processo administrativo e na apresentação da relatoria do processo ao CONPLAN, fora do prazo previsto em regimento, no nosso entendimento e concordamos, mais uma vez, com a necessidade de revisão desse regimento. Além disso existem inúmeras questões relativas ao mérito que necessitam de esclarecimentos, de um debate mais amplo e aprofundado”. Dito isso, acrescentou que poderia ser inserida a necessidade de se consolidar o Projeto de Lei Complementar (PLC), a partir de todas as contribuições feitas. Em virtude das constatações apresentadas, sugeriu, a título de encaminhamento: que o processo retornasse à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) para a inclusão dos estudos técnicos que motivaram a proposta do processo administrativo, incluindo a documentação enviada recentemente; a realização de uma nova audiência pública, em conformidade com o que determina a Lei nº 5.801/2013; e que fosse incluído, ainda, um quadro comparativo, que apresentasse onde e como a legislação vigente está sendo recepcionada no Projeto de Lei Complementar (PLC) e, se possível, que demonstre qual a inovação introduzida pelo arcabouço legislativo. Após concluídas essas etapas, recomendou-se que o processo retorne ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), mediante a criação de uma Câmara Temática, conforme prevê o Regimento Interno do Colegiado, para que a complexidade da matéria possa ser devidamente abordada, com amplitude e aprofundamento do debate entre os membros, a fim de que, esgotada essas instâncias, a matéria seja amadurecida de forma suficiente para ser apreciada pelo Plenário. Não obstante a isso, solicitou que o Parecer, assim como os anexos contendo as comunicações prévias com a Presidência do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) fossem inseridos no processo administrativo de nº 00390-00004353/2018-51. Logo em seguida, o Conselheiro Renato Oliveira Ramos, CACI, rememorou o que aconteceu na última reunião. O pedido de vista na 204ª Reunião do Conplan foi motivado por conta das sugestões, observações e debates que indicavam a revisão de alguns pontos técnicos. Logo em seguida, a Casa Civil (CACI) realizou uma reunião e solicitou à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) a degravação da sessão. Em seguida, foi feito um resumo de todas as falas e considerações que foram feitas na reunião. Feito esse trabalho, a Casa Civil entrou em contato com os conselheiros que fizeram o pedido de vistas, que não compareceram, e com aqueles que teceram sugestões e recomendações na 204ª Reunião Ordinária, para as tratativas, visando a construção de um voto em conjunto, com o propósito de construir uma proposta nova, tentando ao máximo acobertar todas as sugestões e observações. Vários conselheiros se fizeram presentes, agradeceu a participação de todos que puderam ir e daqueles que justificaram a ausência. Dito isso, os

debates foram iniciados, na tentativa de se consolidar uma versão que adotava, de uma forma geral, o que fosse possível, resultando, assim, em um texto, que foi disponibilizado, o qual, teoricamente, seria uma versão consolidada dos apontamentos daqueles que participaram do debate. Depois disso, na própria quinta-feira, foi disponibilizada a manifestação dos outros vistoristas, a partir disso tentou-se, também, consolidar e observar as sugestões para tentar, mais uma vez, chegar a uma minuta final com a colaboração de todos. Registrou sobre a qualidade das contribuições oferecidas pelos representantes da Associação Rodas da Paz. Asseverou que dentro das competências atribuídas ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), não estava descrito sobre a aprovação da minuta de projeto de lei, do texto em si, mas a deliberação a respeito da ideia da política urbana e territorial por trás do texto normativo. afirmou que todos estavam de acordo com a necessidade de se aprovar uma Lei que tratasse do parcelamento do solo e que ajustes, inevitavelmente, seriam feitos nas etapas seguintes a serem encaminhadas. Fez referência à questão envolvendo a nulidade, nos termos constantes do Parecer de vista da CACI. Ressaltou que não há violação a prazo regimental, porque esse prazo de 7 (sete) dias é para a convocação e disponibilidade da pauta. O relator tem que disponibilizar esse relato 7 (sete) dias antes para que possa ser incluído na pauta, mas não há nenhuma obrigação de que a SEDUH tenha que disponibilizar esse relatório previamente para todos os Conselheiros. Ressalta que o texto do PLC, que é o objeto de discussão no Conselho, foi disponibilizado com mais de sete dias de antecedência. O texto foi disponibilizado no dia 5 de abril e a reunião foi no dia 13 de abril. Então, não há qualquer nulidade. Ressaltou que, coincidentemente, muito do que foi dito agora pela Conselheira Giselle já tinha sido considerado na minuta da Casa Civil. Sugere, para facilitar o debate, que a Tereza apresente a consolidação dos pontos que foram trazidos e, após, o Conselheiro Almiro, se for o caso, manifeste se está de acordo com essas alterações e recebe isso como o seu voto, para que seja um voto do próprio relator ou se há alguma divergência para colocar em votação. No que tange ao voto constante do Parecer de vista da Caci, concluiu aludindo o seguinte: “Em conclusão, após reflexão a partir das sugestões, recomendações e preocupações manifestadas neste Conselho, foram feitas as alterações pontuais assinaladas, que não modificam o mérito da proposta inicial da minuta de Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Distrito Federal, na forma do documento exibido em anexo. Por isso, VOTO PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE DISPÕE SOBBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO NO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, com as alterações apresentadas, sem embargo de que outros ajustes técnicos possam ser realizados pela Casa Civil, Consultoria Jurídica e Gabinete do Governador, observadas as suas respectivas competências”. Antes de dar prosseguimento ao debate, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva pontuou que tanto as falas dos conselheiros que pediram vista, quanto o documento apresentado pelo representante da Associação Rodas da Paz, seriam considerados na consolidação do projeto e que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) possuía todos os estudos e documentos relativos aos debates. Nesse diapasão, passou-se à apresentação da tabela de cada item, com a consideração apresentada pelos conselheiros representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF) e do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Distrito Federal (IAB/DF), bem como os esclarecimentos. Em seguida, passou-se à palavra à senhora Tereza da Costa Ferreira Lotter, SEDUH, que também foi coordenadora do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 05, de 10 de janeiro de 2020, com o objetivo de elaborar proposta legislativa para atualização dos procedimentos referentes ao parcelamento de solo para fins urbanos no Distrito Federal, para a apresentação, que asseverou adotar a breve dinâmica no sentido de destacar somente as observações que não foram acrescidas à proposta, explicando, assim, sobre o significado de cada sinal gráfico colocado na apresentação. Deixou claro que o projeto se trata de uma lei procedimental, que não pode ser analisada e, nem tampouco, implementada per se. Informou que em outros estados federados, as legislações de procedimento de parcelamento são incorporadas aos seus respectivos Planos Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) ou à Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) e que são poucos municípios que abordam os assuntos de forma separada. Apresentou o cenário que ocorre no Distrito Federal (DF), no que tange a sua aplicação de forma conjunta. Sobre a questão envolvendo o condomínio, sinalizou que a preocupação apontada era válida, contudo, deveria ser remetida ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Elencou os dispositivos que fundamentam o direcionamento da discussão ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Em primeiro lugar, pontuou que o condomínio de lote já existia, contando, inclusive com uma legislação própria a respeito desse modelo de ocupação, que está arrolado na Lei Complementar nº 710, de 06 de setembro de 2005, a qual estava sendo incorporada à minuta hora proposta. No que diz respeito aos parâmetros mínimos e máximos dos lotes, cabe ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) estabelecê-los. Reforçou que a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) prevê que o condomínio de lotes não é uma modalidade de parcelamento, mas é um lote criado dentro de uma das modalidades de parcelamento do solo, desde que as diretrizes permitam o uso RE2 e CSIIR NO. Assim, são as legislações de uso e ocupação do solo que vão estabelecer os critérios de localidade, dimensão, dimensão de quarteirão e outros aspectos tão importantes que valem a pena serem discutidos e debatidos no momento específico de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Ressaltou que no âmbito do Grupo de Trabalho buscou-se retirar da norma todos os dispositivos que visassem conflitar com as legislações pré-existentes. Dito isso, elencou que o artigo 43 do PDOT prevê o tamanho máximo de lote unifamiliar de 10.000m² e 60.000m² para habitação coletiva, que corresponde ao uso habitação multifamiliar na tipologia de casas. O segundo ponto mencionado foi sobre o

instrumento urbanístico denominado “cota de solidariedade”, indicando, contudo, que é um tema que merece ser debatido no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), uma vez que uma das premissas dele é a localização, justamente para que não seja implantado de forma isolada. Observou que no artigo 6º do PLC, a sugestão apresentada pelo CAU/DF e IAB/DF foi acatada, tendo em vista que gerava um conflito com a legislação ambiental. Desse modo, a redação do dispositivo seria alterada para estar consonante à norma ambiental. Foi apresentada preocupação manifestada no documento apresentado pelos representantes do CAU/DF e IAB/DF quanto à permissão de desdobro de lotes de habitação unifamiliar, em alguns dispositivos da proposta. Explicou que a coluna ao lado do slide exibido demonstrava de forma expressa no art. 78 do PLC que o desdobro de lotes era proibido para o uso unifamiliar e sua redação estava adequada à Lei Complementar nº 1.007/2022, que revisou a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). No que se refere aos incisos do mesmo dispositivo legal, informou que houve a adoção da sugestão apresentada, em razão de se entender que as considerações das entidades eram pertinentes, no que tange, especificamente, ao problema da gentrificação. Contudo, ressaltou que houve por bem que fosse permitido que o Poder Público realizasse os ajustes nos limites do lote respeitando o tamanho mínimo estabelecido pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) nos casos de habitação de interesse social, com o intuito de viabilizar a titulação de seus ocupantes, quando for detectado erro cadastral na elaboração do projeto. Sobre a ausência de glossário, optou por definir nos próprios artigos os conceitos de cada matéria. Desse modo, o leitor facilmente poderia identificar e ter uma explicação sobre o que o dispositivo tratava ao invés de consultar um glossário para entender do que se trata. Quanto ao item 7, explicou que, de acordo com o art. 17 do PLC, ficava a cargo do empreendedor a implantação da infraestrutura necessária, sendo apenas a manutenção de responsabilidade dos condôminos. Acerca do item 8, observou que se tratava de matéria relativa ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), nos termos de seu art. 176. A valorização do imóvel rural para o imóvel urbano se dá no momento da aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). No que se refere ao item 9 referente às considerações sobre licenciamento urbanístico ambiental integrado, informou que trata-se de matéria já amplamente discutida entre vários órgãos do governo, em momentos diversos, no entanto difere da proposta do PLC que trata de Gestão Integrada. Julgou importante acrescentar na proposta a figura da “gestão integrada” justamente prevendo a alternância de Governo. O item 10 sugere o direcionamento de recursos financeiros, a aplicação de novas tecnologias para prever mecanismos de fortalecimento institucional do DF Legal, mediante direcionamento de recursos financeiros a partir das outorgas utilizadas. Contudo, os recursos oriundos da contrapartida urbanística e da OPAR são destinados ao desenvolvimento urbano e à provisão habitacional de interesse social, estando de acordo com os objetivos da Lei Complementar e ao adequado desenvolvimento da cidade. Foi informado que os itens 11 e 12, sugeridos pelos representantes do CAU/DF e IAB/DF serão acatados para aprimoramento do texto referente aos capítulos de infrações, sanções e penalidades. O item 14 sugere que a figura do “reparcelamento” carece de melhor definição na minuta do Projeto de Lei Complementar, pois não fica claro se é uma modalidade de parcelamento do solo ou um instrumento urbanístico. Todavia, nos termos do art. 61 da minuta, o reparcelamento do solo consiste na reformulação de áreas previamente parceladas e registradas em cartório de registro de imóveis, com ajuste de sistema viário, áreas públicas e unidades imobiliárias. As hipóteses de reparcelamento estão identificadas no art. 62 do Projeto de Lei Complementar. Frisou que, como se vê da leitura do texto normativo, não se trata de modalidade de parcelamento, uma vez que estas estão devidamente previstas em título próprio. Destacou que, por certo, deve ser observado o disposto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e demais legislações de uso e ocupação do solo. Nesse sentido, o §1º do art. 62 destaca que a aprovação do reparcelamento fica condicionado ao atendimento da legislação vigente. Quanto à sugestão contida no item 15, que sugere incorporar conteúdo relativos às diretrizes urbanísticas ao PLC e estabelecer condicionante ou orientação para sua elaboração, pois delega aos técnicos do órgão gestor sua definição a posteriori, observou que o art. 5º do PLC determina que o parcelamento do solo deve ser precedido da fixação de diretrizes urbanísticas emitidas pelo órgão gestor do desenvolvimento urbano do Distrito Federal, observadas as contribuições, quando houver, dos órgãos ambientais, de infraestrutura e de mobilidade em sua elaboração. Enquanto o art. 23 estabelece a etapa na qual deve ser fornecida as diretrizes urbanísticas. Deste modo, não é este PLC que delega competência ao órgão gestor do desenvolvimento urbano, mas sim O PDOT estabelece em seu art. 43, § 1º e §2º: § 1º Os demais índices urbanísticos serão definidos pelas diretrizes urbanísticas elaboradas pelo órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal. §2º As diretrizes urbanísticas serão emitidas pelo órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal, considerando-se as disposições constantes neste Plano Diretor e o estabelecido no art. 6º da Lei federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, podendo ser estabelecidos condicionantes mais restritivos mediante estudos ambientais e urbanísticos. O conteúdo das diretrizes urbanísticas, portanto trata-se de matéria afeta à legislação de uso e ocupação do solo. No que tange ao item 13, quanto ao questionamento relativo à revogação da Lei nº 245, de 27 de março de 1992, o Conselheiro vistor da Casa Civil propõe em seu voto a retirada da referida lei do dispositivo que trata da revogação. Tal exclusão também é considerada como necessária,

uma vez que seu conteúdo não trata apenas de matérias abrangidas pelo PLC, mas também de outras que não foram recepcionadas neste Projeto de Lei Complementar (PLC). A Conselheira Maria do Carmo de Lima Bezerra, FAU/UnB, fez um questionamento quanto à ONALT e à compensação não ser optativa. Mencionou o artigo 49, a respeito do registro de titulação, julgou importante que se tenha um prazo, lhe sendo respondido que o prazo havia sido acatado. O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva solicitou à Tereza Lodder que fosse mostrando os slides novamente, para demonstrar a quantidade de itens que realmente foram considerados oportunos e que serão incorporados na minuta e a justificativa de cada item não incorporado. Encerrada a apresentação, abriu-se a palavra ao relator do processo. O Conselheiro Almiro Cardoso Farias Júnior, OAB/DF, ressaltou que as ponderações realizadas foram, em sua maioria, contempladas na minuta do PLC. Teceu agradecimentos por todas as sugestões, comentários e observações feitas, ao conselheiro Renato Ramos, por ter tido a sensibilidade de fazer a reunião e convidar todos a participar, por ter apresentado a sua análise na reunião, momento em que todos tiveram a oportunidade de fazer as ponderações e realizaram a checagem, antes de enviar a todos no grupo de WhatsApp. Agradeceu também aos conselheiros do CAU, IAB e Rodas da Paz, pelas contribuições, frisando que as mesmas foram acatadas, em sua maioria. Esclareceu que, após todo esse trabalho, incorporou as sugestões, as que são tecnicamente e materialmente possíveis de serem incorporadas, ao projeto de lei. Sugeriu que os documentos formalizados pelo CAU, IAB, Casa Civil e Rodas da Paz fossem anexados ao processo. O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva acatou a sugestão de incorporação dos documentos ao processo e pediu ajuda ao presidente da Codhab e ao secretário da SEMA para localização do processo autuado pelas relatoras Sandra e Maria Sílvia, onde consta toda a documentação da relatoria, a ser encaminhado à SEDUH, a fim de anexá-lo ao processo originário. Na sequência, foi aberta a palavra para manifestações e considerações a respeito. A Conselheira Maria do Carmo de Lima Bezerra, FAU/UnB, asseverou que as explicações dos pontos levantados foram realizadas e pontuou sobre não delongar por demasiado a discussão. Ressaltou que o trabalho é conjunto e um técnico da SEDUH apresentou quais incorporações foram realizadas. Ressaltou que, caso alguém tivesse algum ponto muito importante, poderia questionar sobre sua incorporação e assim prosseguir. Destacou que os dois pontos que julgava importantes - ONALT e compensação urbanística - foram explicados pela Tereza Lodder. Discursou que muitos itens abordados, embora muito relevantes, devem ser tratados no âmbito de outras legislações, devendo-se focar no objeto da lei em discussão. Defendeu a necessidade de se avançar. O Conselheiro Pedro de Almeida Grilo, CAU/DF, defendeu a manutenção do glossário e que a Lei não se tornasse a “Lei da grilagem”. Discursou que a intenção do pedido de vistas não era o de protelar o processo, mas o de amadurecer o debate, a fim de que todos os apontamentos fossem analisados e houvesse a participação de todos. O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva comentou que o capítulo de infrações, sanções e penalidades seriam integralmente incorporados no texto por Decreto pertinente. Esclareceu também que já consta o prazo do decreto regulamentador de 180 dias. A Conselheira Ruth Stefâne Costa Leite, HABITECT/DF, em síntese, manifestou-se no sentido de que a discussão deveria avançar e não retroceder, visto todo o trabalho desenvolvido ao longo do último ano. Discursou que a proposta visava conferir a segurança jurídica para a população no sentido de regulamentar a questão dos parcelamentos no âmbito do Distrito Federal (DF), destacando as famílias com habitação de interesse social. Defendeu que a proposta fosse debatida e aprovada na sessão, bem como que fosse votado de forma favorável. A Conselheira Solisângela Rocha dos Montes, SECEC, destacou que muitas matérias que foram pontuadas no pedido de vista não são relativas ao Projeto de Lei Complementar. Ressaltou a necessidade de avançar à votação, concentrando no objeto da lei em discussão. Destacou que muitas das contribuições, embora importantes, fogem ao projeto em discussão. O Conselheiro Eduardo Aroeira, ADEMI/DF, destacou que o pedido de vistas contribuiu muito para a transparência do processo e louvou a postura adotada pelo relator do processo, no que tange às incorporações feitas, o que conferia segurança para que a matéria fosse votada na presente reunião e agradeceu a inclusão da questão envolvendo as punições para a ilegalidade. Elogiou as inserções dos artigos 54 ao 58 pela CODHAB, que representa uma enorme modernização na questão de viabilizar as habitações de interesse social, conferindo um tratamento diferente ao loteamento para interesse social. Ponderou que o atraso da aprovação dessa lei vai atrasar essa revolução, defendendo que fosse procedida à votação. O Conselheiro Luciano Carvalho de Oliveira, SODF, afirmou que as contribuições foram importantes e que a maioria foi acatada pela excelência da colocação feita. Sugeriu, de forma breve, que fosse procedida à votação, para possibilitar a melhora nas condições de urbanização e avanço da infraestrutura no Distrito Federal e o prosseguimento dos trabalhos. O Conselheiro Antônio Gutemberg Gomes de Souza, SEMA, enalteceu as contribuições feitas no relatório de vistas, que trouxeram melhorias ao texto, destacando a parte das punições. Recomendou que a minuta fosse levada à deliberação e depois se seguisse o rito junto à Câmara Legislativa, onde haverá também a discussão sobre todas as matérias dispostas na norma. O Conselheiro Henrique do Vale Andrade, IAB/DF, alegou ter dificuldades quanto à aferição dos avanços, porque não possui a noção precisa do texto consolidado. Dito isso, pontuou que não havia condições de se proceder com a votação na reunião. Teceu alguns comentários a respeito da discordância que possuía. Em primeiro plano pontuou sobre a figura do reparcelamento e

do instrumento da OPAR, tendo em vista que se trata de questões de alteração do uso e ocupação e não procedimental. Com relação ao desmembramento, questionou se a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) previa a possibilidade de se proceder ao remembramento e ao desmembramento para as UOS específicas mencionadas na Lei. No que tange ao reparcelamento, solicitou esclarecimentos sobre a relação dessa figura com o artigo 43 do PDOT que prevê condicionantes para os novos parcelamentos urbanos. Fez a seguinte indagação: se o reparcelamento não é uma modalidade de parcelamento, de que maneira ele interage com o artigo 43 do PDOT? Sobre as diretrizes urbanísticas, deixou clarivamente se tratar de prerrogativa da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), mas que isso não impedia o estabelecimento de condicionantes, dos conteúdos e das etapas de participação social para elaboração das diretrizes. afirmou ser muito ruim que as diretrizes sejam citadas em praticamente todos os marcos regulatórios mas que apenas estejam regulamentadas por portarias procedimentais. Discursou ser um grande defensor da ONALT rural e que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), quando fala do instrumento, não o relaciona ao zoneamento. Mencionou o artigo 76, ressaltando que o decreto regulamentador da ONALT deveria passar por revisão, já que vincula a aplicação ao zoneamento e não ao parcelamento do solo, contrariando o PDOT. Abordou que na prática isso significa a incoerência do instrumento que somente será aplicado mediante a expansão da macrozona urbana na revisão do PDOT. Por derradeiro arremate, questionou como se daria a participação social em matéria de parcelamento do solo e a importância que essa participação não se dê de forma precária. O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva teceu alguns comentários a respeito das colocações efetuadas. Para demonstrar ser a lei em discussão uma lei de procedimento, exemplificou que a proposta estabelece o reparcelamento e a cobrança de OPAR, bem como os procedimentos respectivos, e não a discussão de parâmetros ou alteração destes. Em relação a desdobra e remembramento, asseverou que tudo que está na proposta é um compilado do que a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) prevê e do que a Lei Complementar nº 950/2019 já prevê, ou seja, tudo isso que está escrito em relação a desdobra e remembramento já está vigente e plenamente aplicável. Quanto à participação nas diretrizes, isso já tem sido incorporado por meio de uma Portaria publicada em 2020, que criou o estudo territorial urbanístico, e que a Secretaria vem disponibilizando para consulta pública os estudos territoriais elaborados, citando como exemplo o ETU do Tororó, que só foi aprovado após a realização de duas consultas públicas, demonstrando que já estão propiciando os procedimentos de participação social. E quanto à ONALT rural, asseverou que o assunto não possui relação com a Lei de Parcelamento do Solo, mas de Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) ou ainda da revisão do Decreto que regulamenta. O Conselheiro Dionyzio Antônio Martins Klavdianos, SINDUSCON/DF, destacou que os artigos destinados à moradia social passam o sinal para a sociedade de um Projeto de Lei que freia e extingue a prática de grilagem. Elogiou o corpo técnico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) devido ao trabalho empenhado nos últimos cinco anos, em especial quanto à qualidade do debate e à capacitação dos profissionais. Mencionou sobre a importância de se proceder à revisão do Regimento Interno e ponderou alegando que, praticamente, todas as alterações sugeridas pela Associação Rodas da Paz foram incorporadas no texto. Chamou atenção para que o processo não fosse questionado após a deliberação e que isso deveria ser ponderado por todos. No mais, parabenizou o debate e as contribuições feitas. O Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo Junior, Rodas da Paz, defendeu que a política para habitação social fosse realmente feita e que, para isso, a proposta de que os recursos auferidos pela contrapartida fossem destinados ao FUNDHIS atenderia a essa demanda. Chamou a atenção de todos para o percentual proposto, que na sua opinião não tem respaldo de estudo técnico e, assim, surge a necessidade de que se definam critérios para fazer com que a implantação dos parcelamentos possa atender aos objetivos do PLC. Diante disso, encaminhou o seguinte: (i) em razão de não se ter um texto consolidado, sugeriu que as contribuições da Associação Rodas da Paz fossem incorporadas ao processo, inclusive com os comentários que acompanham cada uma das propostas; (ii) que após a resposta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) quanto à concordância ou discordância dos pontos, que os fundamentos fossem distribuídos a todos os conselheiros, para que se debruçassem a estudar sobre o assunto; (iii) fosse agendada uma reunião com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) posteriormente à consolidação, para a votação do texto que incorpore os melhoramentos que forem aceitos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), com vistas a oportunizar aos conselheiros que debatam sobre as questões que não forem acatadas pelo órgão de Governo. A Conselheira Ivelise Maria Longhi Pereira Silva, CODESE/DF, parabenizou a equipe da SEDUH pelo trabalho realizado ao longo desses anos; os relatores, em especial o relator Almiro, que apresentou não só as suas colocações, mas também das conselheiras que participaram junto com ele; o CAU, IAB e Rodas da Paz, pelas colocações extremamente pertinentes, muitas das quais, inclusive, já tinham discutido, principalmente aquilo que tange à questão de penalidade e da necessidade que se tem em avançar em procedimentos mais ágeis para as aprovações dos loteamentos. Ressaltou a importância de se delimitar o objetivo de cada lei, pontuou que inúmeras questões deveriam ser avaliadas para a validação de um parcelamento, não somente a

legislação pertinente e ponderou no sentido de que não havia tempo hábil para ficar esperando as leis correlatas serem aprovadas para realizar uma análise de todo o arcabouço legislativo, opinando pela continuidade do projeto em debate. Frisou que, em relação ao texto final, entende que o conselho debateu e avaliou muito mais que a formalidade do projeto de lei, e sim o conteúdo do PLC. Pontuou a satisfação em saber que haverá uma regulamentação única da lei, com prazo determinado e definido. O Conselheiro Ovidio Maia Filho, FECOMÉRCIO/DF, teceu alguns comentários sobre os apontamentos do CAU e IAB, parabenizando-os, destacando o seguinte: “Na página 2 vocês colocaram lá no último parágrafo, deram destaque bastante importante, eu vou rereer. Também cabe mencionar que no âmbito federal existe uma proposta de revisão da lei de parcelamento do solo urbano lei nº 6766/1979, o projeto de lei PL 3057/2000. Atualmente esse PL está paralisado, ou seja, lá se vão 23 anos, É isso que nós queremos para Brasília? Na Câmara federal, embora tenha sido amplamente discutido no conselho das cidades, em seminários regionais e nacionais, oficinas e grupos de trabalhos ou milhões de câmaras técnicas. Esse destaque não foi meu, isso aqui quem trouxe foi o IAB. A discussão do PL contou com ampla participação de movimentos sociais, governos estaduais e municipais, academia, empresários e trouxe para o debate público questões substantivas no tema do parcelamento do solo urbano. E esse PL, meus amigos, está 23 anos parado no Congresso Nacional. Muito obrigado, IAB e CAU, por ter trazido esse destaque aqui. É isso que nós queremos para Brasília? E aqui eu vou na página 7 novamente. E aí, eu parabenizo novamente vocês. Muito importante quando vocês deram destaque no item 7, e eu vou no segundo parágrafo, há muitos parceladores que vendem os lotes e desaparecem. Eu só vou fazer uma pequena correção, os grileiros vendem os lotes e desaparecem, os parceladores que estão legais, os projetos que chegam aqui, são pessoas que passam 10, 15 anos, pelos 4 anos que eu estou aqui, que passaram por todo o processo, cumpriram a legalidade, e essas pessoas, esses grileiros sim, eu tenho certeza de que todos nós que estamos aqui, estamos aqui trabalhando contra essas pessoas que não foram atingidas”. O Conselheiro Ildio Santos Junior, TERRACAP, parabenizou o relator e revisores, pelo zelo com que trataram esse assunto, tão importante para o Distrito Federal e a Casa Civil e SEDUH pelo desprendimento em acatar praticamente todas as sugestões. Ratificou o entendimento de que o processo deveria avançar o quanto antes. A Conselheira Delma Tavares Mariani, PRECOMOR, defendeu que o processo fosse votado na reunião. O Conselheiro Marcelo Fagundes Gomide, CODHAB, observou que a grande maioria dos conselheiros tem um sentimento muito claro de que temos um bom projeto e que da reunião passada para a atual houve muito avanço, não havendo mais nenhum ponto de grande divergência. Ressaltou o momento em que o país vive, propício à habitação de interesse social, defendendo igualmente que a proposta fosse votada na referida reunião. Frisou que esta é a primeira esfera de debate e que foi mais de um ano de estudos nesta primeira esfera, alegando que o projeto está pronto a ser submetido às outras esferas de discussão. Concluiu que a função do conselho foi muito bem efetuada e que, após a aprovação da lei, muita coisa irá deslançar, sob o ponto de vista habitacional de interesse social. A Conselheira Eliane Torquato Alves, ASMIG, ressaltou que, sem a aprovação desse PLC, a população carente, em estado de vulnerabilidade, fica prejudicada, no que tange à regularização dos seus lotes ou até mesmo com a contemplação de um lote. Asseverou que outros estados já estão bem mais avançados neste tema e que o Distrito Federal está à mercê dos conselheiros do Conplan para a votação de um projeto tão importante. Corroborou as falas anteriores e discursou sobre a importância da militância em prol da proteção dos sem tetos, sem água e sem luz. Não havendo mais inscritos, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva ressaltou que há uma unanimidade, o fato de o projeto de lei ser necessário, urgente e que a concepção do projeto de lei está validada. Ressaltou que a aprovação do texto, linha por linha, não é de competência do CONPLAN, e sim a deliberação da concepção da lei, a qual está madura. Propôs, como encaminhamento, que o texto fosse consolidado com as contribuições feitas pela Associação Rodas da Paz e, finalizada o texto até sexta-feira, que fosse agendada uma reunião para discutir sobre o conteúdo formal. No presente momento, sugeriu realizar a votação no CONPLAN do conceito por trás do Projeto de Lei Complementar, considerando o texto como está, como foi apresentado na última quinta-feira, com a condição de que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) considere todos os apontamentos realizados na reunião, nos documentos apresentados e nas falas apresentadas, a fim de consolidar todas as informações em um texto, com o propósito de dar um encaminhamento final, realizando, assim, uma votação. Nesse diapasão, ingressou-se em um debate a respeito do que estava sendo proposto para votação. A Conselheira Maria do Carmo de Lima Bezerra, FAU/UnB, esclareceu que a votação era do projeto que foi enviado junto com a convocação, que já incorporava as discussões da reunião anterior. No que tange às considerações feita pela Rodas da Paz, frisou que a SEDUH já afirmou que incorporou a maior parte delas, conforme apresentação feita na presente reunião. Assim, concluiu que a votação é do conteúdo que foi distribuído anteriormente. O Conselheiro Renato Oliveira Ramos, CACI, esclareceu que a votação proposta seria do texto que foi encaminhado na quinta-feira passada, já com as considerações da Casa Civil, acatadas pelo relator e debatidas com alguns dos conselheiros que estiveram presentes, apresentadas pela Tereza Lodder com o símbolo em verde nos slides. Frisou que o que consta em amarelo na apresentação são as justificativas e tais não serão incorporados ao texto. Saneado o debate, o Senhor Marcelo Vaz Meira da

Silva iniciou a votação do texto enviado na última quinta-feira, contendo as contribuições feitas pela Casa Civil (CACI), com os ajustes que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) acatou, explicados pela senhora Tereza Lodder na tabela apresentada, com a inclusão dos pontos constantes na planilha analisada com as contribuições do Rodas da Paz, que constavam o ícone de validação. Neste contexto, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva incluiu a garantia da participação dos conselheiros interessados em colaborar na consolidação final do texto. Esclareceu-se que todo o texto destacado com o ícone em amarelo pela senhora Tereza Lodder na apresentação não foi incorporado na votação, visto que se tratam de justificativas dos dispositivos. Desse modo, ingressou-se em regime de votação para deliberar sobre o processo, em epígrafe. O Conselheiro Rôney Tanios Nemer, IBRAM, registrou o seu voto favorável oralmente. O Conselheiro Fernando Antonio Rodriguez, SEAGRI, manifestou o seu voto favorável oralmente. O Conselheiro Guilherme Amancio Louly Campos, CREA/DF, registrou o seu voto favorável oralmente. O Conselheiro Izidio Santos Junior, TERRACAP, manifestou o seu voto favorável oralmente. O Conselheiro Pedro de Almeida Grilo, CAU/DF, registrou o seu voto contrário oralmente, justificando, para tanto o seguinte: “a nossa solicitação inicial de que a tabela, a minuta e a planilha que apresenta os procedimentos, que nos que foi entregue pela Maria Sílvia e pela Sandra na terça-feira, nós fizemos essa solicitação hoje para que essas planilhas fossem anexadas ao processo SEI, e que não foi acatado pela mesa que essas planilhas e documentos fossem anexadas. Essa é uma segunda justificativa pelo qual a gente não vai fazer o voto favorável hoje, e que também não foi colocado em votação ao nosso pedido de formulação de uma Câmara Temática sobre esse tema aqui pelos representantes dessa mesa e que, portanto, essa teria sido a terceira justificativa pelo nosso voto negativo”. Da mesma forma, o Conselheiro Henrique Soares Rabelo Adriano, IAB/DF, manifestou o seu voto contrário oralmente, justificando, para tanto o seguinte: “Eu queria registrar o voto contrário do IAB/DF considerando que o objeto de deliberação não foi apresentado, considerando os problemas apontados em nosso parecer na realização da audiência pública e considerando a insuficiência do debate nesse conselho que não permitiu que questões de mérito apontadas fossem atacadas na devida profundidade”. Finalizada a votação, o Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva esclareceu que a solicitação de juntada dos documentos apresentados pelo representante do CAU/DF foi acatada pela mesa e seriam juntados ao processo, e que a votação para instauração da Câmara Temática restou frustrada em razão da manifestação da ampla maioria dos conselheiros quanto à deliberação imediata. Finalizando, proclamou o resultado da aprovação do Processo: 00390-00004353/2018-51. Interessado: SEDUH. Assunto: Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Distrito Federal e dá outras providências. Relatores: OAB/DF, SEMA, UNICA/DF, CODHAB, com 24 votos favoráveis registrados eletronicamente, 4 votos favoráveis oralmente, totalizando 28 votos favoráveis e 2 votos contrários. Quanto aos demais processos pautados para deliberação, não houve tempo hábil para avaliá-los, restando pautados para a próxima reunião. Dito isso, avançando ao item 7. Processos para distribuição: 7.1- Processo: 00111-00005420/2022-94. Interessado: TERRACAP. Assunto: Alteração de lote localizado na Quadra 01, conjunto 11, Lote 25 do Setor Habitacional Vicente Pires - SHVP, Trecho 03, na Região Administrativa Vicente Pires – RA XXX: A relatoria do processo ficou sob a responsabilidade da Conselheira Janaina de Oliveira Chagas, SODF. Quanto ao subitem 7.2. Processo: 00390-00005227/2021-10 Interessado: Exército Brasileiro – Ministério da Defesa Assunto: Plano de Uso e Ocupação do Pátio Ferroviário – Parcela 1: A relatoria do processo ficou sob a responsabilidade do Conselheiro Renato Oliveira Ramos, CACI e do Conselheiro Eduardo Aroeira Almeida, ADEMI/DF. Ato contínuo, passou-se ao subitem 7.3. Processo: 00390-00003325/2021-12. Interessado: Parque Granja do Torto Assunto: Plano de Uso e Ocupação do Parque de Exposições Granja do Torto: A relatoria do processo ficou sob a responsabilidade do Conselheiro Thales Mendes Ferreira, SEDET. Nessa perspectiva, passou-se ao subitem 7.4. Processo nº 00391-00002762/2018-95 Interessado: Administração Regional de Ceilândia Assunto: Plano de Uso e Ocupação do Parque do Setor O, na Região Administrativa de Ceilândia: A relatoria do processo ficou sob a responsabilidade do Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo Junior, Rodas da Paz. 7.5. Processo nº 00390-00003242/2021-23. Interessado: Terracap. Assunto: Relocação do lote 2, bloco 8, Área Comercial Central da Região Administrativa de Sobradinho – RA V: A relatoria do processo ficou sob a responsabilidade do Conselheiro Marcelo Fagundes, Codhab. Avançando ao item 8. Assuntos Gerais: O Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo Junior, Rodas da Paz, colocou-se à disposição para contribuir com a atualização do Regimento do CONPLAN e solicitou que o convite para alteração do referido Regimento fosse encaminhado a outros membros para que a proposta não fosse somente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Habitação do Distrito Federal (SEDUH). Informou que encaminhou formalmente para a SEDUH uma proposta de ajustes no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e solicitou que a Câmara Temática do CUB fosse reativada para prosseguir e consolidar as discussões pertinentes, antes de trazer o assunto ao plenário do CONPLAN. O Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva afirmou que todas as propostas de alteração do Regimento Interno são aprovadas pelo Colegiado e ressaltou que todos estavam convidados a participar da intervenção, para que contribuíssem previamente à apresentação da versão final no CONPLAN. Quanto à Câmara Temática, explicou que faltava efetuar uma reorganização quanto ao tempo, mas

que seria restabelecida antes de trazer à deliberação pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN). Não havendo mais assuntos a tratar, prosseguiu-se ao item 9. Encerramento: Não havendo mais considerações a serem feitas, o Senhor Secretário Marcelo Vaz Meira da Silva, declarou encerrada a 205ª Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, às 13h02 minutos, agradecendo a presença de todos e desejando bom final de semana.

JANAINA DOMINGOS VIEIRA, Suplente - SEDUH; BARTOLOMEU RODRIGUES DA SILVA, Titular - SECEC; THALES MENDES FERREIRA, Titular - SEDET; RAFAEL BORGES BUENO, Suplente - SEAGRI; NEY FERRAZ JÚNIOR, Titular - SEPLAD; AGACIEL DA SILVA MAIA, Titular - SERINS; JULIA BORGES JEVEAUX, Suplente - SEMOB; IVANISE MACHADO FILGUEIRAS NERY, Suplente - SEMA; RENATO OLIVEIRA RAMOS, Suplente - CACI; RÔNEY TANIOS NEMER, Titular - IBRAM; FRANCINALDO OLIVEIRA CONCEIÇÃO, Suplente - DF LEGAL; MANOEL CLEMENTINO BARROS NETO, Titular - IPEDF CODEPLAN; HAMILTON LOURENÇO FILHO, Suplente - TERRACAP; ROXANE DELGADO ALMEIDA, Suplente - CODHAB; VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA, Suplente - SEGOV; ERIKA DIAS, Suplente - SEPE; WILDE CARDOSO GONTIJO JÚNIOR, Suplente - RODAS DA PAZ; RUTH STEFANE COSTA LEITE, Titular - HABITECT; MARIA DO CARMO DE LIMA BEZERRA, Titular - FAU/UnB; PEDRO DE ALMEIDA GRILO, Titular - CAU/DF; GUILHERME AMANCIO LOULY CAMPOS, Titular - CREA/DF; CELESTINO FRAÇON JÚNIOR, Suplente - ADEMI/DF; HENRIQUE DO VALE ANDRADE, Titular - FECOMÉRCIO/DF; JULIA EMRICH BRENNER, Titular - SRDF; DELMA TAVARES MARIANI, Titular - PRECOMOR; DANIEL BITTENCOURT ALVES DE LIMA, Suplente - UNICA/DF; HENRIQUE SOARES RABELO ADRIANO, Suplente - IAB/DF; MARCUS VINICIUS BATISTA DE SOUZA, Titular - FNE; LYFFIA DA SILVA, Titular - ASMIG; IVELISE MARIA LONGHI PEREIRA DA SILVA, Suplente - CODESE/DF; ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR, Titular - OAB/DF; JOSÉ LUIZ DINIZ JUNIOR, Suplente - FIBRA.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado
Presidente em Exercício

DECISÃO Nº 10/2023 - 206ª REUNIÃO ORDINÁRIA

O Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 889, de 24 de julho de 2014, alterada pela Lei Complementar nº 975, de 20 de outubro de 2020, o Decreto nº 35.771, de 1º de setembro de 2014, a Portaria nº 75, de 14 de outubro de 2014 e Portaria nº 48, de 22 de julho de 2015, que dispõe sobre o Regimento Interno, concomitante ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial — PDOT/2009, Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012, em sua 206ª Reunião Ordinária, realizada em 01 de junho de 2023, decide:

Processo nº: 00390-00004207/2021-21

Interessado: Departamento de Engenharia e Construção - Exército Brasileiro – Ministério da Defesa

Assunto: Desdobro do lote denominado Pátio Ferroviário de Brasília, na Região Administrativa do SIA - RA XXIX.

Relatores: Renato Oliveira Ramos (CACI), Ruth Stefane Costa Leite (HABITECT) e Delma Tavares Mariani (PRECOMOR)

1. APROVAR relato e voto, consignados no Processo nº 00390-00004207/2021-21, que trata do Desdobro do lote denominado Pátio Ferroviário de Brasília, localizado entre a EPIA, EPCL, EPAC e SAA, de propriedade da União Federal, com área de 4.341.593,98m², na Região Administrativa do SIA - RA XXIX.

2. Dessa forma, por unanimidade, registra-se a votação do Colegiado com 31 (trinta e um) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

JANAINA DOMINGOS VIEIRA, Suplente - SEDUH; BARTOLOMEU RODRIGUES DA SILVA, Titular - SECEC; THALES MENDES FERREIRA, Titular - SEDET; RAFAEL BORGES BUENO, Suplente - SEAGRI; NEY FERRAZ JÚNIOR, Titular - SEPLAD; AGACIEL DA SILVA MAIA, Titular - SERINS; JULIA BORGES JEVEAUX, Suplente - SEMOB; IVANISE MACHADO FILGUEIRAS NERY, Suplente - SEMA; RENATO OLIVEIRA RAMOS, Suplente - CACI; FRANCINALDO OLIVEIRA CONCEIÇÃO, Suplente - DF LEGAL; MANOEL CLEMENTINO BARROS NETO, Titular - IPEDF CODEPLAN; HAMILTON LOURENÇO FILHO, Suplente - TERRACAP; ROXANE DELGADO ALMEIDA, Suplente - CODHAB; VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA, Suplente - SEGOV; ERIKA DIAS, Suplente - SEPE; WILDE CARDOSO GONTIJO JÚNIOR, Suplente - RODAS DA PAZ; RUTH STEFANE COSTA LEITE, Titular - HABITECT; MARIA DO CARMO DE LIMA BEZERRA, Titular - FAU/UnB; PEDRO DE ALMEIDA GRILO, Titular - CAU/DF; GUILHERME AMANCIO LOULY CAMPOS, Titular - CREA/DF; CELESTINO FRAÇON JÚNIOR, Suplente - ADEMI/DF; HENRIQUE DO VALE ANDRADE, Titular - FECOMÉRCIO/DF; JULIA EMRICH BRENNER, Titular - SRDF; DELMA TAVARES MARIANI, Titular - PRECOMOR; DANIEL BITTENCOURT ALVES DE LIMA, Suplente - UNICA/DF; HENRIQUE SOARES RABELO ADRIANO, Suplente - IAB/DF; MARCUS VINICIUS BATISTA DE SOUZA, Titular - FNE; LYFFIA DA